



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guaíra - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

**CONTRATO N.º 081/2024**  
**INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024**  
**PROCESSO N.º 094/2024**

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DO 19º TORNEIO DE JUDO TAKESHI UEMURA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE GUAÍRA E FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ.

O MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP, órgão público inscrita no CNPJ sob o n.º 48.344.014/0001-59, com sede na Avenida Gabriel Garcia Leal, n.º 676, Bairro Maracá, Guaíra/ SP, neste ato representada por seu Exmo. Prefeito Municipal, Sr. ANTÔNIO MANOEL DA SILVA JUNIOR, CPF N.º 057.090.808-61, o qual através do Decreto n.º 6906, de 20 de outubro de 2023, publicada no DOM de 23 de outubro de 2023, veio a nomear o **responsável** pela assinatura deste CONTRATO o Diretor de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, o Sr. **ROGÉRIO BRUNO LOURENÇO**, com matrícula funcional de n.º 4632, residente e domiciliado em Guaíra/SP, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ**, inscrita no CNPJ n.º 62.348.875/0001-36, com sede na RUA AIROSA GALVÃO, N.º:45- BAIRRO: AGUA BRANCA-SÃO PAULO-SP CEP 05.002-070, representada por seu REPRESENTANT LEGAL Caio Pompeu Medauar de Souza - RG – 22.742.769-5 - CPF - 219.947.988-90, endereço comercial situado na rua Airosa Galvão, 45, Barra Funda, São Paulo, CEP 05.002-070, denominada simplesmente, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo n.º 94/2024 Inexigibilidade n.º 20/24, com fundamento no artigo 75 inciso X da Lei 14.133/21 a Lei n.º 14.133 de 2.021, bem como na legislação correlata, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DA FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DO 19º TORNEIO DE JUDO TAKESHI UEMURA.



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

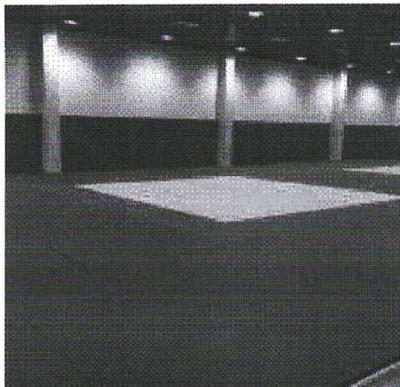
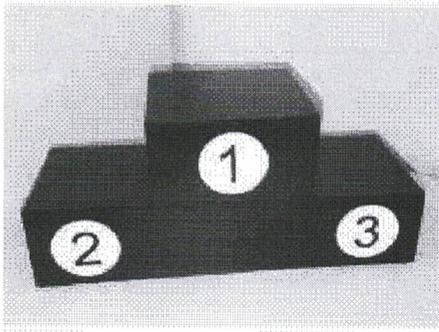
Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	<p>Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviços de organização técnica e operacional (Arbitragem especializada, premiações, materiais esportivos) para realização do 19º torneio de Judô Takeshi Uemura. No Ginásio de Esportes Municipal “José Figueiredo”. Com a participação de aproximadamente 1300 atletas. Sendo que para o evento serão utilizados os seguintes itens:</p> <p>-08 (oito) áreas de competição completo, com 6x6m de tatame sintético de 40mm com 2m de área de proteção.</p>  <p><i>meramente ilustrativa</i></p> <p>- um pódio para premiação do 1º primeiro, 2º segundo e 3º terceiro lugar.</p> 	Sev	01



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

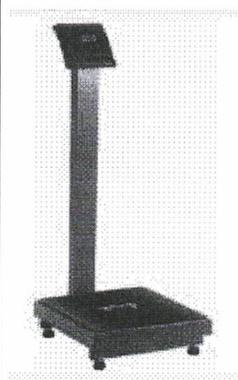
*Foto meramente ilustrativa*

- 10(dez) pessoas para montar e desmontar os tatames
- 03(três) pessoas para executar a premiação
- 08(oito) jogos de placar eletrônico para judô.



*Foto meramente ilustrativa*

- 04(quatro) Balanças clínicas (Farmácia)



*Foto meramente ilustrativa*

- 04(quatro) notebook com impressora
- 04(quatro) pessoas para executar a pesagem
- 01(um) Banner 6x4m com o nome do evento “19º Torneio de Judô Takeshi Uemura. Realização Prefeitura Municipal de Guairá “, mais o Brasão do Município.
- 24 (vinte e quatro) árbitros de Judô
- 24 (vinte e quatro) mesários de Judô



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

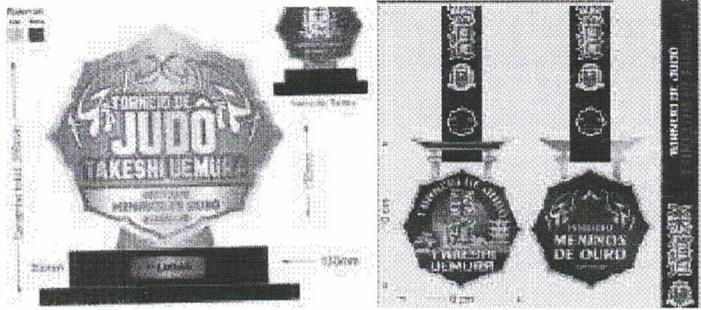
Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

<p>- 200(duzentas) medalhas na classificação ouro, com 3mm de espessura x de 7461 mm<sup>2</sup> a 8250 mm<sup>2</sup> mais Fita personalizada, com 800 mm de comprimento x 30mm de Largura</p> <p>- 100 (cem) medalhas na classificação prata, com 3mm de espessura x de 7461 mm<sup>2</sup> a 8250 mm<sup>2</sup> mais Fita personalizada, com 800 mm de comprimento x 30mm de Largura</p> <p>- 200(duzentas) medalhas na classificação bronze, com 3mm de espessura x de 7461 mm<sup>2</sup> a 8250 mm<sup>2</sup> mais Fita personalizada, com 800 mm de comprimento x 30mm de Largura</p> <p>- 05 (cinco) Troféus de metal, em ouro velho x de 14311 mm<sup>2</sup> a 16510 mm<sup>2</sup> mais Base em MDF MT x Troféu Grande.</p> <p>- 04(quatro) Troféus de metal, em prata velha x de 14311 mm<sup>2</sup> a 16510 mm<sup>2</sup> mais Base em MDF MT x Troféu Grande.</p> <p>- 11(onze) Troféus de metal, em bronze velho x de 14311 mm<sup>2</sup> a 16510 mm<sup>2</sup> mais Base em MDF MT x Troféu Grande.</p>  <p><i>Fotos meramente ilustrativas</i></p>		
<b>Valor total</b>		<b>R\$32.000,00</b>

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão prestados por execução direta, sob o regime de empreitada execução direta.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO

4. 3.1. A prestação de serviços será realizada de forma, de acordo com as especificações do termo de referência, sendo no dia 14/05/2024, com início estimado para dia 01 de junho de 2024, no Ginásio de Esportes “José Figueiredo”. Conforme anexo na descrição do Termo de Referência.

## 5. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1.A CONTRATADA, além da **execução de prestação de serviços de acordo com o objeto do termo de referência**, se responsabiliza por realizar todos os atos para a perfeita execução do objeto, obrigando-se ainda a:

5.1.1. Executar/efetuar toda a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com o termo de referência em anexo;

5.1.2. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as



# MUNICÍPIO DE GUAÍARA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guaiára - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.1.3. Atentar, em relação as disposições e especificações constantes no ofício.

5.1.4. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do ofício.

5.1.5. Substituir por novo equipamento, às suas expensas, o equipamento que não esteja funcionando de acordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no termo de referência.

5.1.6. Responder por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros;

5.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou irregularidade;

5.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos;

5.1.9. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.1.11. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos seus empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução do objeto ora contratado.

5.1.12. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

5.1.13. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.1.14. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

5.1.15. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

5.1.16. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução do objeto, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

5.1.17. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

5.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.1.19. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

5.1.20. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços.

5.1.21. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao



# MUNICÍPIO DE GUAIRÁ

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

CONTRATANTE;

## **6. CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

## **7. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

7.1.2. Exercer a fiscalização por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

7.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;

7.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.8. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do ofício e em especial as do contrato;

7.1.9. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **8. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO**

8.1. O valor do contrato é de **R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)**

8.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

## **9. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

9.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas na lei 14.133/21

9.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9.1.2. Acréscimos, supressões ou modificações do Contrato, bem como a prorrogação de prazo, poderão ser determinados pela CONTRATANTE através de aditamento, respeitadas as disposições previstas na lei 14.133/21 e suas alterações.

## **10. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento integral do contrato será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

10.2. A CONTRATANTE concorda em efetuar o pagamento do valor total acordado da seguinte forma:

10.3. Será feita por meio de Boleto ou Depósito Bancário em conta da Federação Paulista de Judô.

10.4. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

10.4.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dia entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PREÇOS

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica financeira inicial do contrato, desde que tal se dê em razão de fato superveniente imprevisível ou de difícil previsão.



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

11.1.1. A revisão a que se trata o parágrafo anterior, só poderá ser efetuada na hipótese de ocorrer comprovadamente, desequilíbrio econômico financeiro que possa comprometer a relação contratual, sempre com o parecer circunstanciado da Assessoria Técnica, mediante solicitação do licitante.

11.1.2. O pedido de revisão deverá estar acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado (atual e a da época da proposta).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

11.1. Nos termos da lei 14.133/21 a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.1.1. As supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

11.1.2. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. Os recursos financeiros para execução do objeto desta dispensa estão previstos na seguinte dotação orçamentária funcional:

27.812.0026.2098.0000. Ficha 409- reserva 211. Categoria Econômica 3.3.90.39.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA. Código de Aplicação 110 000- Fonte de Recurso 0 0100.

13.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida pelo **gestor** o senhor ANDRÉ LUIZ DO CARMO - Chefe do Depto. de Esportes e Lazer com matrícula funcional de n.º:4681 e **fiscal** o(a) senhor ANTÔNIO RIBEIRO MORAES - Professor de Educação Física com matrícula funcional de n.º:1697, aos quais competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. As penalidades aplicáveis reger-se-ão de acordo com o estabelecido na lei 14.133/21;

§1 - A CONTRATADA, se descumprir as condições do termo de referência e deste Contrato, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- advertência;
- multa de 0,2% (zero dois por cento) por dia de atraso, na execução da prestação de serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 6% (seis por cento).
- Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total da inadimplência referente ao(s) item (ns) constante da Ordem de Fornecimento, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas.
- Impedimento de licitar e de contratar com o **Município de Guairá/SP**, pelo prazo de até cinco anos;



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guaíra - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

14.2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do presente contrato:

- 14.2.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
  - 14.2.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 14.2.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.
- 14.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Autarquia Municipal, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.5. As multas serão recolhidas em favor da Prefeitura do Município de Guaíra, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
- 14.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

15.1.A CONTRATANTE poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

16.2. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos da lei 14.133/21;

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado no início do serviço;
- V. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma da lei 14.133/21
- IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- X. A dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- XI. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- XII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas, determinadas



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**XIII.** A supressão, por parte da Autarquia Municipal, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido na lei 14.133/21;

**XIV.** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, **exceto em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra**, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

**XV.** A não liberação, por parte da CONTRATANTE, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

**XVI.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**XVII.** O descumprimento do disposto na lei 14.133/21, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16.3. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.4. A rescisão deste Contrato poderá ser:

16.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII desta cláusula;

16.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

16.4.3. Judicial, nos termos da legislação.

16.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XIII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

16.7. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará o ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

16.8. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

16.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.8.3. Indenizações e multas, quando for o caso.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

17.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na lei 14.133/21 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123, de 2006, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

18.2. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal "Messias Cândido Faleiros"

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guaiára - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

- 19.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guaiára/SP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Guaiára/SP, XX de maio de 2.024.

**ROGÉRIO BRUNO LOURENÇO**  
**DIRETOR DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**  
**CONTRATANTE**

Assinado de forma digital por  
CAIO POMPEU MEDAUAR DE  
SOUZA:21994798890

Dados: 2024.05.29 14:30:56 -03'00'

**FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ**  
**CNPJ: 62.348.875/0001-36**  
**CONTRATADA**



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

## ANEXO LC-01 CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO OU ENTIDADE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA/SP \_\_\_\_\_

NOME: ROGÉRIO BRUNO LOURENÇO \_\_\_\_\_

CARGO: DIRETOR DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER \_\_\_\_\_

MATRICULA FUNCIONAL N.º 4632 \_\_\_\_\_

PERÍODO DE GESTÃO: 2021/2024 \_\_\_\_\_

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

\_\_\_\_\_  
ROGÉRIO BRUNO LOURENÇO  
DIRETOR DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

|  
|  
|  
|



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

## ANEXO LC-01 TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO Redação dada pela Resolução n.º 11/2021

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA** \_\_\_\_\_

CONTRATADO: **FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ** \_\_\_\_\_

CONTRATO N.º: **081/2024** \_\_\_\_\_

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DA FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DO 19º TORNEIO DE JUDO TAKESHI UEMURA.** \_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s)
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: GUAÍRA/SP, 29 DE MAIO DE 2024 \_\_\_\_\_

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO/ENTIDADE:

Nome: ANTONIO MANOEL DA SILVA JUNIOR \_\_\_\_\_

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL \_\_\_\_\_

CPF N.º 057.090.808-61 \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: ANTONIO MANOEL DA SILVA JUNIOR \_\_\_\_\_

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL \_\_\_\_\_

CPF N.º 057.090.808-61 \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal "Messias Cândido Faleiros"

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guairá - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

## Pela CONTRATANTE:

Nome: ROGÉRIO BRUNO LOURENÇO \_\_\_\_\_  
Cargo: DIRETOR DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER \_\_\_\_\_  
MATRICULA FUNCIONAL N.º: 4632 \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## Pela CONTRATADA:

Nome: CAIO POMPEU MEDAUAR DE SOUZA \_\_\_\_\_  
Cargo: REPRESENTANTE LEGAL \_\_\_\_\_  
CPF N.º: 219.947.988-90 \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: ROGÉRIO BRUNO LOURENÇO \_\_\_\_\_  
Cargo: DIRETOR DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER \_\_\_\_\_  
MATRICULA FUNCIONAL N.º: 4632 \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

## GESTOR DO CONTRATO:

### Pela CONTRATANTE:

Nome: ANDRÉ LUIZ DO CARMO \_\_\_\_\_  
Cargo: CHEFE DO DEPTO. DE ESPORTES E LAZER \_\_\_\_\_  
MATRICULA FUNCIONAL N.º: 4681 \_\_\_\_\_  
Assinatura: André Luiz do Carmo \_\_\_\_\_

## FISCAL DO CONTRATO:

### Pela CONTRATANTE:

Nome: ANTÔNIO RIBEIRO MORAES \_\_\_\_\_  
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA \_\_\_\_\_  
MATRICULA FUNCIONAL N.º: 1697 \_\_\_\_\_  
Assinatura: Antônio Ribeiro Moraes \_\_\_\_\_

(\*) O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução n.º 11/2021).



# MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Paço Municipal "Messias Cândido Faleiros"

CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (17) 3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal n.º 676 - CEP - 14.790-000

Guaíra - Estado de São Paulo

[www.guaira.sp.gov.br](http://www.guaira.sp.gov.br)

[compras@guaira.sp.gov.br](mailto:compras@guaira.sp.gov.br)



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 – INEXIGIBILIDADE N.º 020/2024 – PROCESSO N.º 094/2024

Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guaíra/SP com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Guaíra/SP, XX de maio de 2.024.

**ROGÉRIO BRUNO LOURENÇO**  
**DIRETOR DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER**  
**CONTRATANTE**

Assinado de forma digital por  
CAIO POMPEU MEDAUAR DE  
SOUZA:21994798890

Dados: 2024.05.29 14:30:56 -03'00'

**FEDERAÇÃO PAULISTA DE JUDÔ**  
**CNPJ: 62.348.875/0001-36**  
**CONTRATADA**